

Liminar barra demolição em condomínio

Uma liminar expedida pela juíza Marília de Vasconcelos Andrade, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), impediu que o Serviço de Vigilância do Solo (Siv-Solo), fizesse demolições no Condomínio Porto Rico, em Santa Maria. As demolições seriam feitas em cumprimento a determinação do Ministério Público. Cerca de 400 homens das polícias Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros foram requisitados para dar cobertura à operação, mas a ação se limitou à apreensão de materiais de construção

depositados em via pública ou em lotes abertos, para impedir novas edificações. Foram utilizados caminhões, tratores, escavadeiras e ônibus. O helicóptero da PM sobrevoou a área durante a ação. O material apreendido foi levado para o depósito da Secretaria de Fiscalização a Atividades Urbanas (Sefau), no Setor de Indústrias e Abastecimento.

Preocupados com a possibilidade de terem suas casas demolidas, moradores chegaram a armar uma barricada com pneus velhos em chamuscas para impedir a passagem da

polícia. O presidente da Associação de Moradores Morar Legal, Samuca de Moraes, explicou que a maior reivindicação é que o condomínio seja transformado em uma extensão de Santa Maria. "Aqui existem quase dois mil lotes, o que foge às diretrizes de um condomínio", afirmou.

Surgido há quatro anos, o Condomínio Porto Rico abriga hoje entre três e quatro mil pessoas. De acordo com o subsecretário do Siv-Solo, Sérgio Puhle, o condomínio foi construído sem a autorização do poder público e encon-

tra-se em situação irregular. "Não foram respeitadas as leis 6766/87, que trata sobre os parcelamentos do solo para fins urbanos, e a 2105/98, que regula as edificações", explicou Puhle.

ESTUDOS - A Lei complementar 650/2002, do deputado José Edmar (PMDB), reconheceu o condomínio oficialmente, classificando-o como área urbana. "Foi dado o primeiro passo, faltando apenas o Executivo regulamentar a lei", diz o deputado. Para que isso ocorra, é preciso que o Insti-

tuto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) faça um estudo de impacto ambiental e dê parecer positivo. O síndico do Condomínio Porto Rico, Elias Suter, explica que os documentos já foram apresentados ao Ibama.

A dona de casa Irene Alves, 47 anos, moradora da quadra 19, lote 35, sentiu-se injustiçada por ter seu material de construção apreendido. "Paguei R\$ 5,5 mil por um lote e juntei dinheiro para comprar o material. Não posso ficar no prejuízo", reclama.